



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

CENTRO DE CARIDADE NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO



2020

for
28.
de
fev
2

ÍNDICE

01 Relatório de Gestão	3
02 Balanço	15
03 Demonstração de Resultados por Natureza	16
04 Demonstração dos Fluxos de Caixa	17
05 Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados	18
06 Notas Finais	45
07 Certificação Legal das Contas	46
08 Parecer do Conselho Fiscal	48
09 Decisão da Direção	51

28.
D
fere
for
S

01 Relatório de Gestão

1. INTRODUÇÃO

2020, consolidação em tempo de pandemia

O ano de 2020, para o Centro de Caridade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, foi um ano de elevada exigência e de grande dificuldade.

O surgimento, no mês de Março, da crise pandémica da COVID-19, impôs à instituição a suspensão de vários projectos programados e considerados de relevante importância e a consequente atenção na gestão das implicações provocadas pela pandemia.

A alteração de rumo teve, também enormes consequências nos resultados operacionais, que decorreram, sobretudo, das perdas de receitas correntes, da redução das mensalidades na generalidade das valências e do acréscimo de despesas para enfrentar as ameaças sanitárias do vírus SARS-CoV-2.

Apesar de todo este esforço e das penalizações causadas pela pandemia, o Perpétuo Socorro chegou ao fim de 2020 com um resultado positivo.

A instituição consolidou a recuperação iniciada no ano anterior, encerrando um ciclo consecutivo de resultados negativos. Reajustou a sua estrutura orgânica. Redimensionou o seu quadro de recursos humanos. Redefiniu a sua estratégia de desenvolvimento global e setorial.

O Perpétuo Socorro, após este período de dificuldades, encara o seu futuro próximo com realismo e esperança. O reajustamento global efetuado, os resultados obtidos, a reorientação estratégica assumida, os novos e desafiantes projectos em curso, abrem um horizonte de confiança e optimismo.

28.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

O Centro de Caridade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro provou ser capaz de superar dificuldades e de projectar novos caminhos. A reestruturação operada, a recuperação financeira que está a desenvolver, a definição de novos projetos que está a implementar alentam o trabalho diário dos seus colaboradores e da direção para que se cumpra a sua missão fundamental, segundo um conjunto de valores e princípios irrenunciáveis.

O Perpétuo Socorro tem e terá como MISSÃO: promover a pessoa humana, na sua integralidade, em todas as fases da vida e fomentar o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, equitativa e solidária.

Tem e terá uma VISÃO: ser uma instituição de referência no desenvolvimento de serviços de educação, de formação e de ação social especializados e de excelência em favor da pessoa humana e da sociedade.

Norteia-se por princípios e valores essenciais, dos quais se destacam o Respeito, a Cooperação, o Cuidado, a Confiança, a Inclusão, a Competência, a Inovação, a Responsabilidade, a Privacidade, a Transparência e a Qualidade de vida.

Apoia-se num conjunto de políticas, que parametrizam a sua ação permanente:

- a) Política de Ética, que estabelece o compromisso do CCNSPS com os princípios éticos associados às IPSS's, aos fundamentos de Doutrina Social da Igreja, e os documentos internacionais inerentes aos direitos das pessoas;
- b) Política de Qualidade, que vincula o CCNSPS a uma ação rigorosa e exigente, visando a progressiva perseguição da excelência do serviço que presta em todos os domínios;
- c) Política de Participação e Envolvimento, que manifesta o objetivo do CCNSPS de se constituir como uma instituição que estimula a participação dos seus colaboradores e utentes na sua atividade e que visa, por outro lado, a progressiva inserção numa ampla rede de relações institucionais com as quais coopera;

- d) Política de Valorização dos Recursos, quer físicos, quer financeiros, quer, sobretudo, humanos criando condições para potenciar o serviço prestado e o grau de satisfação de cada um com a instituição. O CCNSPS pretende valorizar a formação humana, profissional e académica de todos os seus colaboradores para que se realizem pessoal e profissionalmente ao serviço da instituição e dos seus utentes;
- e) Política de Respeitabilidade e de Prevenção de Abusos, que reflete o empenho do CCNSPS para com todos os seus utentes e colaboradores no cumprimento dos princípios morais, éticos e legais relativos à prevenção do abuso físico, mental, moral e financeiro, para com uns e outros.

28

fev

+

2. Aspetos relevantes da gestão do ano de 2020

O Centro de Caridade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro reverteu, no ano de 2019, uma tendência contínua nos seus resultados operacionais, apresentando, pela primeira vez, em vários anos um balanço positivo. Em 2020, ano marcado pela pandemia da COVID-19 e pelas suas drásticas consequências sanitárias, sociais e económicas, obteve um dos melhores resultados operacionais da sua história, fruto das medidas tomadas como resposta às implicações da pandemia, que obrigou a um reajustamento rápido das opções definidas no PAO para esse mesmo ano.

A pandemia surgida em Março de 2020 forçou uma viragem rápida do quotidiano do Perpétuo Socorro. Foi necessário suspender toda a actividade lectiva presencial, encerrar os serviços de apoio social e interromper a actividade do Centro de Medicina.

Em simultâneo, o CCNSPS teve de realizar importantes investimentos de modo a tornar possível o ensino on-line e a domiciliar toda a actividade e serviços do Centro de Dia e de Convívio.

A perda de receitas foi muito acentuada e teve como principais motivos a redução das mensalidades dos alunos da valência da Infância, em 35%, durante os meses de Março, Abril e Maio, a redução das receitas do Ensino Básico, em 15%, entre Março e Junho, a redução das prestações associadas ao apoio social, desde Março até Dezembro, encerramento do Centro de Medicina, entre Março e Setembro; a drástica diminuição dos apoios dos benfeitores, a perda de receitas pela impossibilidade de aluguer de equipamentos e a suspensão das actividades extra-curriculares e das cantinas.

Do lado da redução da despesa, destaca-se o recurso ao lay-off e os consumíveis correntes e, ainda ao nível da desvalorização dos ativos imobiliários, consequência de uma atualização dos seus imóveis, de onde resultou uma diminuição do ativo em 1.223.258,83 € e depreciações nulas ao nível desses imóveis.

A procura de novas fontes de receita assentou, sobretudo, nas candidaturas apresentadas, e aprovadas, a diversos programas, designadamente o Fundo Municipal

de Apoio ao Associativismo Portuense, o Adaptar Social +, o Orçamento Solidário e o Prémio Fundação BPI/La Caixa, entre os mais relevantes.

O ano de 2020, em virtude das medidas de contenção de custos firmemente implementadas e da procura de novas oportunidades de receita, acabou por ser um tempo de consolidação da instituição no seu trajecto de recuperação da situação geral e financeira. O presente Relatório de Gestão e Contas disso é prova inequívoca.

2.1. Evolução dos Resultados

Conta	Descrição	2020	2019	2018	2017
72	Serviços prestados	694.264,58	790.497,05	704.550,63	623.640,60
75	Subsídios, doações e legados à exploração	1.122.908,51	1.066.589,12	955.727,80	927.627,47
76	Reversões	101,95	79,25	1.020,56	0,00
78	Outros rendimentos e ganhos	219.977,95	299.554,75	260.359,81	266.602,01
79	Juros e rendimentos similares	0,00	0,00	0,00	4,88
Total de Rendimentos		2.037.252,99	2.156.720,17	1.921.658,80	1.817.874,96
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	18.809,44	69.424,80	120.603,26	101.833,04
62	Fornecimento e serviços externos	328.316,56	397.803,22	429.782,02	398.576,67
63	Gastos com pessoal	1.203.935,58	1.254.490,22	1.236.923,58	1.186.903,30
64	Gastos de depreciação e de amortização	29.447,08	170.510,86	170.363,66	165.896,35
65	Perdas por imparidade	6.735,26	3.338,35	5.570,57	1.020,56
67	Provisões do período	0,00	20.785,84	0,00	0,00
68	Outros gastos e perdas	151.435,45	181.490,35	219.713,58	212.614,31
69	Gastos e perdas de financiamento	48.528,96	51.021,38	47.025,60	37.209,16
Total de Gastos		1.787.208,33	2.148.865,02	2.229.982,27	2.104.053,39
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00	2.737,99
Resultado Líquido do Período		250.044,66	7.855,15	- 308.323,47	- 288.916,42

A análise dos resultados de 2020, no confronto com os três anos anteriores, revela alguns dados significativos, que importa colocar em destaque:

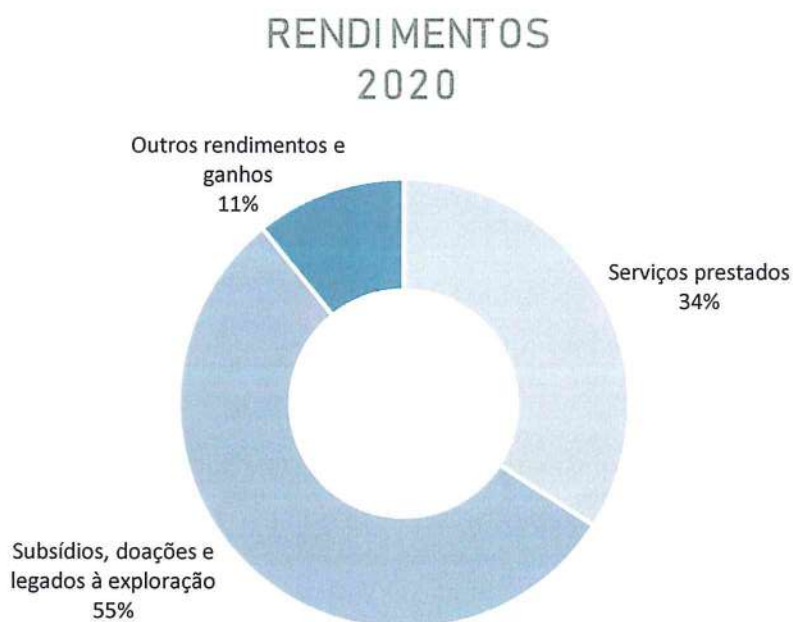
- O Total de Rendimentos contraria a tendência crescente, que vinha sendo sentida, desde 2017. Apesar de se situar acima dos dois milhões de euros, manifesta uma quebra próxima dos cento e vinte mil euros face a 2019. Tal facto deve-se, essencialmente, à perda de receitas nos Serviços Prestados, no domínio da

Educação, em particular, na redução das mensalidades no período de interrupção lectiva presencial e na supressão das actividades extra-curriculares;

- No que concerne ao Total de Gastos, deve evidenciar-se a acentuada redução dos Gastos por Depreciação e Amortização, devido à reavaliação do património edificado da Instituição, recomendada no início de cada período de gestão dos órgãos sociais. Saliente-se, também o contributo dado neste domínio específico pelos Custos das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas, cuja redução, face a 2019, se deve ao novo modelo de gestão das cantinas, agora concessionado.

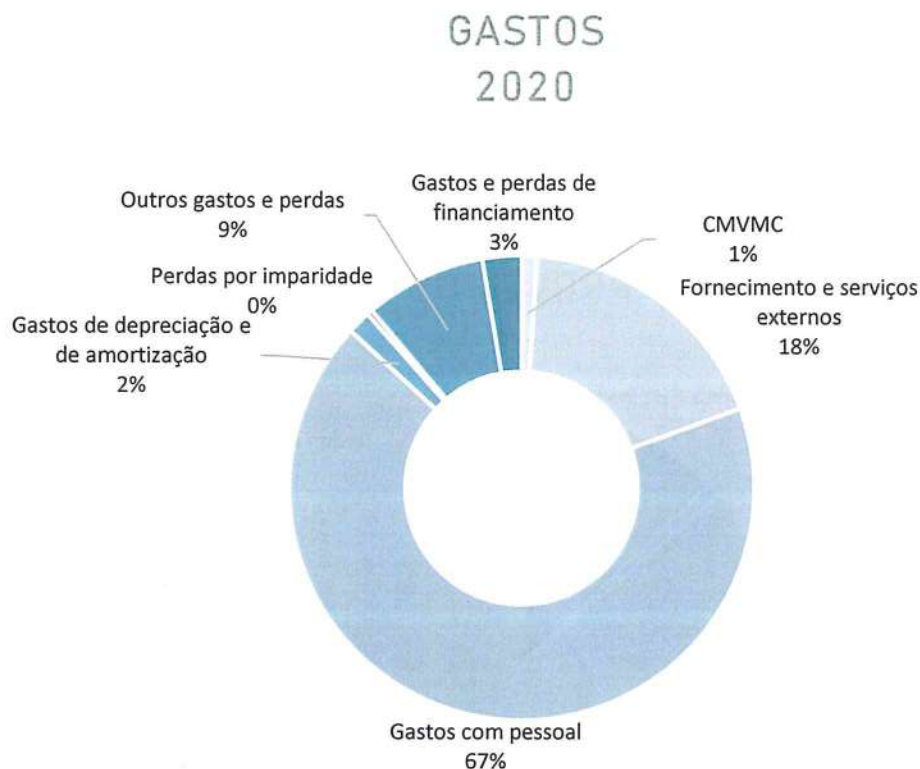
Em síntese, a análise do Resultado Líquido do Período manifesta, de forma clara, a recuperação da Instituição e o efeito global das medidas de gestão adoptadas desde meados de 2019.

2.1.1. Rendimentos



O gráfico circular acima exposto, procura representar as principais fontes de rendimentos do Perpétuo Socorro. Cerca de 55% são relativos a Subsídios, Doações e Legados à Exploração, onde se destacam os subsídios do POCH, da Segurança Social e do IEFP. Por outro lado, as Mensalidades globais representam cerca de 34% das receitas totais. Por fim, tem ainda especial destaque, neste âmbito, os donativos dos benfeitores, com uma percentagem de 11%

2.1.2. Gastos



28.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

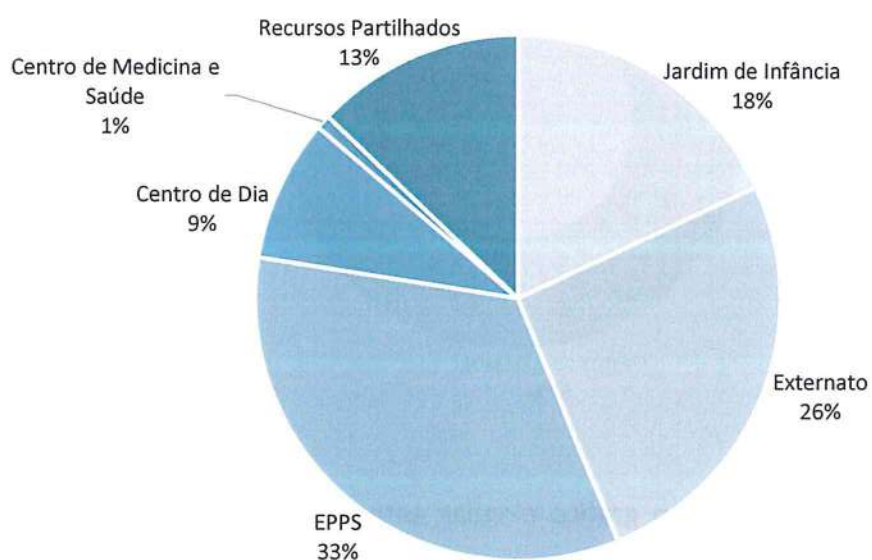
[Handwritten signature]

A análise de Gastos, patente no gráfico circular anterior, em termos globais, revela diversos indicadores de especial importância. Os Gastos com Pessoal representam, na sua totalidade, cerca de 67% do valor total. Contudo, importa reter o seguinte: estes gastos incluem cerca de 23.000,00 € de despesas com alimentação de todos os colaboradores e cerca de 45.000,00 € de verbas adiantadas aos colaboradores do IEFP, valor que retorna à instituição. Deduzidos estes montantes, o valor com encargos directos com Pessoal resulta em cerca de 59% da despesa global, valor que está já próximo do ideal para uma instituição com a natureza e a dimensão do Perpétuo Socorro.

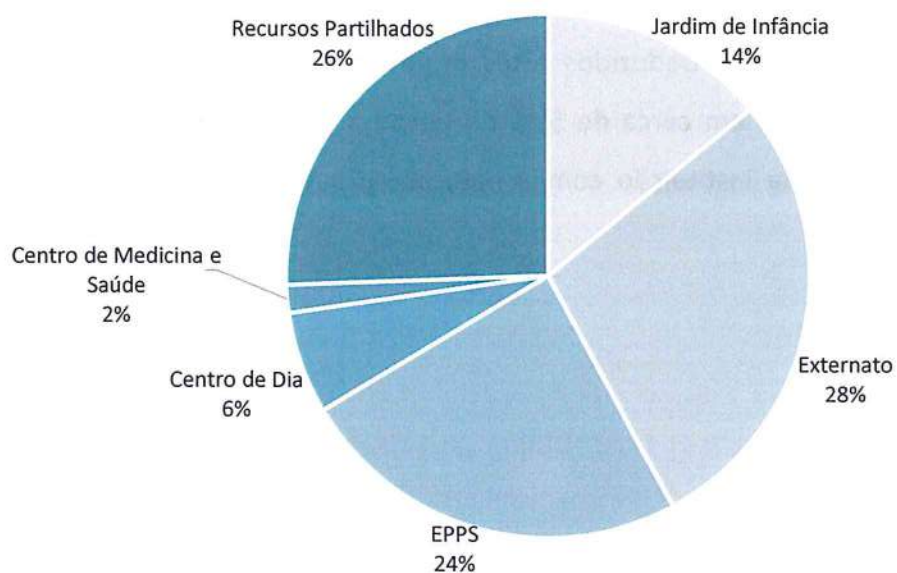
2.2. Valências

	Jardim de Infância	Ensino Básico	EPPS	Centro de Dia	Centro de Medicina e Saúde	Recursos Partilhados	Total
Proveitos	367.353,97	524.622,73	686.732,66	178.549,78	17.852,50	262.141,35	2.037.252,99
Custos	250.887,14	501.482,82	434.493,51	112.736,67	30.894,03	456.714,16	1.787.208,33
Resultado Líquido	116.466,83	23.139,91	252.239,15	65.813,11	- 13.041,53	- 194.572,81	250.044,66

PROVEITOS



CUSTOS



28.
Lage
[Signature]

A análise dos Resultados por Valências manifesta uma significativa melhoria face a 2019. Apenas o Centro de Medicina revela um resultado negativo, plenamente justificado por ter estado encerrado durante seis meses. O Ensino Básico, apesar da redução de mensalidades, da supressão das actividades extra-curriculares e da suspensão das cantinas, apresenta um resultado positivo, manifestando uma radical mudança face a períodos anteriores, fruto das medidas de racionalização da gestão e maximização do aproveitamento dos seus recursos humanos.

2.3. Recursos Humanos

No seguinte quadro, é apresentado, por género, o número de colaboradores existentes à data de 31 de dezembro dos anos de 2020, 2019 e 2018, o perfil etário da equipa, os níveis de habilitação, a antiguidade e o custo médio de um colaborador por ano.

		2020			2019			2018		
		Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Número de Colaboradores	No final do período:	7	55	62	6	58	64	5	62	67
	<i>Contrato</i>	5	48	53	5	50	55	4	62	66
	<i>Estágios CEI</i>	1	4	5	1	3	4	0	0	0
	<i>Estágios Profissionais</i>	1	3	4	0	5	5	1	0	1
Perfil Etário	Menos de 30 anos	1	12	13	0	13	13	1	7	8
	Entre 30 e 44 anos	2	16	18	3	15	18	2	16	18
	Entre 45 e 59 anos	3	18	21	3	17	20	2	22	24
	Mais de 60 anos	0	9	9	0	13	13	0	17	17
	Idade média	43	43	43	44	45	48	40	49	45
Níveis de Habilitação	Ensino Básico	0	8	8	0	12	12	0	18	18
	Ensino Secundário	2	19	21	2	14	16	1	11	12
	Ensino Superior	4	29	33	4	32	36	4	33	37
Antiguidade	Média em anos	18			16			18		
Gastos com o Pessoal	Total do Período	1.203.935,58			1.254.490,22			1.236.923,58		
	Média por colaborador	19.736,65			19.601,41			18.461,54		

Nos últimos três anos, o número de trabalhadores do Perpétuo Socorro diminuiu em 13, passando de 66 para 53. A instituição passou a recorrer, para actividades de limpeza e de serviços auxiliares, a estágios IEFP. Os Custos com Pessoal tiveram, como consequência, uma

redução significativa, apesar do Quadro relativo a estes dados não o evidenciar totalmente, pois inclui os valores pagos aos estagiários, mas não os montantes estornados pelo IEFP.

Em 2020, cerca de 89% dos funcionários são do género feminino e a idade média reduziu para os 43 anos. O custo médio por colaborador é mais elevado em 2020, uma vez que a partir deste exercício, passaram a estar incluídos na rubrica de Gastos com o Pessoal, os custos com a alimentação dos trabalhadores.

3. Proposta de aplicação de Resultados

Quanto ao resultado líquido positivo do exercício, no montante de 250.044,66 €, apurado de acordo com as demonstrações financeiras anexas a este relatório, propõem-se a transição para a conta de resultados transitados, para cobertura de prejuízos acumulados de anos anteriores e para investimento na qualificação dos serviços prestados pela Instituição.

28.
fey
K

4. Outras informações requeridas

A Instituição não tem quaisquer dívidas à Autoridade Tributária, à Segurança Social e à Caixa Geral de Aposentações, nem a quaisquer outras entidades públicas.

5. Perspetivas para o ano 2021

O CCNSPS encontra no seu plano para o ano de 2021 um conjunto de projectos e oportunidades de desenvolvimento, quer globais, quer sectoriais, que merecem uma referência relevante.

Está em definição a materialização de um projecto de desenvolvimento cultural, através de uma parceria com uma entidade empresarial vocacionada para o efeito, que tirará partido da existência física de um dos melhores auditórios da cidade do Porto e de espaços físicos complementares e de apoio. Prevê-se o início deste projecto para o Verão do corrente ano.


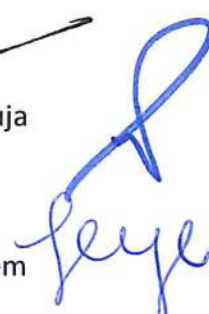

Ainda no âmbito transversal, o Perpétuo Socorro encetará uma beneficiação das instalações da área da Infância, destinada a acolher o projecto da psicomotricidade apoiado pela Fundação BPI/La Caixa, bem como das instalações da Escola Profissional, para além de pretender dar efectivação ao projecto de digitalização integral dos serviços.

No domínio da Infância, é esperado o apoio à construção de um Berçário, cuja candidatura ao Programa Pares aguarda decisão das entidades competentes.

No âmbito do Ensino Básico, para além da consolidação da via do ensino digital, está em curso uma reformulação do projecto educativo, que terá implicações positivas na qualificação do projecto pedagógico nos três ciclos de ensino existentes.

No que respeita à Escola Profissional, existe uma realista expectativa de aumento dos cursos de Ensino Profissional e a criação de formações modulares, por via directa, visando o aumento do número de alunos nos diferentes âmbitos desta valência.

Por fim, importa colocar em destaque a robustez do Perpétuo Socorro para continuar a enfrentar as vicissitudes causadas pela pandemia da COVID-19. Se no ano de 2020 a Instituição deu uma resposta rápida e eficaz a tais dificuldades, o investimento realizado, quer em equipamentos tecnológicos, quer em materiais e estruturas para o apoio aos utentes educativos e sociais, quer sobretudo a experiência e aprendizagem adquiridas, permitem antever que a permanência da doença na vida social possa ter, no ano de 2021, um impacto significativamente menor do que no ano transacto. Contudo, é de prever que ao nível financeiro possam ocorrer perdas, cuja origem residirá na necessidade de, com justiça, conceder descontos aos utentes educativos e sociais, em virtude da sua não presença física na Instituição e da redução dos serviços prestados.

28.




6. Conclusão e agradecimentos

O Relatório de Gestão e Contas de 2020 apresenta um resultado muito positivo, que diz do caminho de recuperação que a Instituição está, firmemente, a trilhar. Apesar das enormes contrariedades feitas sentir pela pandemia da COVID 19, o Perpétuo Socorro, não só sobreviveu, como conseguiu um dos melhores resultados das últimas décadas.

O Perpétuo Socorro deve um agradecimento especial a todos os seus trabalhadores, pelo empenho, dedicação e compreensão demonstrados em torno de muitas medidas difíceis, que foram necessárias e indispensáveis. Por outro lado, tem também diante de todos os seus utentes e familiares uma profunda dívida de gratidão pela confiança evidenciada na instituição e nos serviços que presta.

A todos, o Perpétuo Socorro muito agradece. Com todos caminhará rumo a um serviço e a uma identidade de referência.

20.
Jey
R

02 Balanço

RUBRICAS	NOTAS	2020	2019
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	7.085.882,38	8.343.729,71
Outros créditos e ativos não correntes		5.510,59	4.157,87
		7.091.392,97	8.347.887,58
Activo corrente			
Créditos a receber	14.2	5.067,38	12.638,67
Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros	14.1	11.722,08	10.448,35
Diferimentos	14.4	9.983,73	10.142,57
Outros ativos correntes	14.3	669.297,92	793.354,52
Caixa e depósitos bancários	14.5	616.373,12	239.172,11
		1.312.444,23	1.065.756,22
Total do Activo		8.403.837,20	9.413.643,80
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos patrimoniais			
Fundos		305.999,87	305.999,87
Resultados transitados	14.6	-1.120.412,72	-444.540,69
Excedentes de revalorização	12,14.6	6.010.498,54	6.600.479,94
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	14.6	112.079,05	112.774,46
		5.308.164,74	6.574.713,58
Resultado líquido do período		250.044,66	7.855,15
Total dos Fundos Patrimoniais		5.558.209,40	6.582.568,73
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	14.7	58.482,05	58.482,05
Financiamentos obtidos	7	898.202,59	734.092,59
		956.684,64	792.574,64
Passivo corrente			
Fornecedores	14.8	80.033,62	95.755,93
Estado e outros entes públicos	14.9	38.388,26	38.611,67
Financiamentos obtidos	7	963.543,06	847.689,25
Diferimentos	14.4	515.535,44	781.765,27
Outros passivos correntes	14.10	291.442,78	274.678,31
		1.888.943,16	2.038.500,43
Total do Passivo		2.845.627,80	2.831.075,07
Total do Fundos Patrimoniais e Passivo		8.403.837,20	9.413.643,80

25.

leg

A

03 Demonstração de Resultados por Natureza

RUBRICAS	NOTAS	2020	2019
Vendas e serviços prestados	8	694.264,58	790.497,05
Subsídios, doações e legados à exploração	9	1.122.908,51	1.066.589,12
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-18.809,44	-69.424,80
Fornecimentos e serviços externos	14.11	-328.316,56	-397.803,22
Gastos com o pessoal	11	-1.203.935,58	-1.254.490,22
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14.2	-6.633,31	-3.259,10
Provisões (aumentos/reduções)	14.7	0,00	-20.785,84
Outros rendimentos e ganhos	14.12	219.977,95	299.554,75
Outros gastos e perdas	14.13	-151.435,45	-181.490,35
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		328.020,70	229.387,39
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-29.447,08	-170.510,86
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)		298.573,62	58.876,53
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	7	-48.528,96	-51.021,38
Resultado antes de impostos		250.044,66	7.855,15
Imposto sobre o rendimento do período	10	0,00	0,00
Resultado líquido do período		250.044,66	7.855,15

28
fey
A

04 Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	2020	2019
Act. Operacionais		
Recebimentos de clientes e utentes	724.489,50	828.986,79
Recebimentos de subsídios	988.007,77	1.133.919,57
Pagamentos de bolsas	-121.178,87	-136.110,29
Pagamentos a fornecedores	-303.833,00	-361.800,03
Pagamentos ao pessoal	-793.915,47	-876.228,19
Caixa gerada pelas operações:	493.569,93	588.767,85
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos	-359.632,97	-437.786,18
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1):	133.936,96	150.981,67
Act. Investimento		
Pagamentos		
Activos fixos tangíveis	-15.854,42	-39.556,61
Recebimentos		
Juros e rendimentos similares	0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2):	-15.854,42	-39.556,61
Act. Financiamento		
Recebimentos		
Financiamentos obtidos	680.000,00	110.698,11
Pagamentos		
Financiamentos obtidos	-394.413,10	-105.500,00
Juros e gastos similares	-26.468,43	-38.035,85
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3):	259.118,47	-32.837,74
Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)	377.201,01	78.587,32
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	239.172,11	160.584,79
Caixa e seus equivalentes no fim do período	616.373,12	239.172,11

28.

sep

+

05 Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados


29.

Leyse


1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

O Centro de Caridade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, com sede na Rua de Costa Cabral, nº 120 – Porto, é uma Fundação de Solidariedade Social criada pela Província Portuguesa da Congregação do Santíssimo Redentor, com estatutos aprovados em 5 de janeiro de 1959 por Sua Ex.^a o Ministro de Saúde e Assistência. Tem como objetivo contribuir para a promoção social de todos os que dela necessitam, em regime de indiscriminação de credos, partidos, cores ou raças.

Para realização do seu objetivo a Instituição propõe-se manter as seguintes atividades:

- assistência moral através dos meios adequados;
- assistência educativa e cultural por meio de cursos de preparação profissional e cultural;
- assistência médica através de consultas médicas, fornecimento de medicamentos, obtenção de meios auxiliares de diagnóstico e prestação de serviços de enfermagem;
- assistência por meios de subsídios ou outras ajudas de carácter material;
- atividades de segurança social, pelo exercício das modalidades de creches, jardins-de-infância, lares de idosos, centros de dia para terceira idade, atividades de tempos livres e outras que forem julgadas necessárias ou convenientes.

Atualmente, a Instituição tem as seguintes valências:

Creche, Pré-escolar, Ensino Básico, Ensino Profissional, Centro de Dia, Centro de Medicina e Saúde.

28.
Lise
[assinatura]

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março e pelas Portarias n.º 105/2011 e 106/2011 de 14 de Março alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho, e pelas Portarias n.º 218/2015 de 23 de Julho e 220/2015 de 24 de Julho, e Avisos n.º 8154/2015 de 29 de Julho, e 8259/2015 de 29 de Julho.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

6.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

6.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não existe a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

28
fey
K
K

6.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "*Devedores e Credores por Acréscimos*" e "*Diferimentos*".

6.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

6.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

6.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

28.
fey
+
A

6.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram consistentes em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

6.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

6.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os terrenos e edifícios encontram-se valorizados ao justo valor determinado por avaliação efetuada por Entidade especializada independente. Os restantes elementos dos Ativos Fixos Tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, tendo por base as taxas máximas de depreciação prevista no Decreto regulamentar nº 25/2009, de 14 de setembro.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

- Edifícios e outras construções: entre 10 e 50 anos;
- Equipamento básico: entre 5 e 12 anos;
- Equipamento de transporte: entre 4 e 10 anos;

- Equipamento administrativo: entre 3 e 16 anos.

Com a alteração das políticas contabilísticas no ano de 2016, a rubrica Propriedades de Investimento passou a integrar a rubrica Ativo Fixo Tangível.

Estas Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

No exercício de 2020, a Instituição procedeu à valorização por decréscimo ao justo valor das rubricas de Terrenos e Edifícios do Activo fixo tangível, através de uma avaliação efectuada por um avaliador independente.

6.2.2. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período (sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade) estão registados no ativo pela quantia realizável.

Utentes e outras contas a Receber

Os “Utentes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo, estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

28.
fey
+
fey

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e Depósitos Bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

6.2.3. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou Terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

6.2.4. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são

Handwritten signature and initials in blue ink, including a large '28.' and a signature that appears to be 'Jeye'.

reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica *“Juros e gastos similares suportados”*.

6.2.5. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):


- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:


“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- d) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- e) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao*

28



perse



diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

- f) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87.

7. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

De acordo com o parágrafo 6.9 das normas ESNL, fez-se uma correção na conta de Resultados Transitados no valor de 50.449,75 €, referente a saldos existentes em Ativos Fixos Tangíveis em Curso de períodos anteriores, relativos aos seguintes projetos/obras:

- Projeto Residência Sénior – 44.587,50 €;
- Obras Centro de Dia “MASES” – 2.682,70 €;
- Obras de Remodelação do Auditório – 3.179,55 €.

8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2019, mostrando as aquisições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

28.
fey
[assinatura]
[assinatura]

2
3
8

50
56
14
09
08

[illegible]

Em 2020, na rubrica Ativos Tangíveis em Curso, houve uma transferência dos valores respeitantes às obras de impermeabilização de pátios e varandas e de beneficiação dos edifícios para a rubrica de “edifícios e outras construções”, uma vez que estas obras se encontravam realizadas. O valor do projeto residência sénior e os valores da remodelação do auditório e das obras do Centro de Dia (MASES) foram transferidos para resultados transitados.

Para além disso, no exercício em questão, a Instituição procedeu a uma revalorização por decréscimo das rubricas Terrenos e Edifícios, determinado a partir de provas com base no valor de mercado. Esta avaliação foi realizada por um avaliador profissional qualificado.

9. INVENTÁRIOS

Descrição	Inventário em 31-12-20	Compras	Reclassificações e Regularizações	Custo das mercadorias vendidas e matérias compradas
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	0,00	3.907,75	18.870,18	18.809,44
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	Inventário em 31-12-19	Compras	Reclassificações e Regularizações	Custo das mercadorias vendidas e matérias compradas
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	0,00	56.524,74	15.791,16	69.424,80
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00

Na conta 38 - Reclassificações e Regularizações de Inventários, contabiliza-se os donativos em espécie recebidos pela Instituição.

10. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

	Valor contratual do empréstimo	Valor do Empréstimo (se dif. valor contratual)		Custos anuais de Empréstimos obtidos suportados		Dispêndios c/ o ativo	Taxa capitalização usada (%)	Custos de empréstimos obtidos capitalizados	Custos de empréstimos obtidos levados a gastos
		Corrente	Não Corrente	Total	Dos quais juros suportados				
Empréstimos genéricos:									
Instituições de crédito e sociedades financeiras	1.441.745,65	803.543,06	638.202,59	48.528,96	40.863,41	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos MLP	655.789,03	17.586,44	638.202,59	11.569,36	8.695,75	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas	730.000,00	730.000,00	0,00	36.752,13	31.972,37	0,00	0,00	0,00	0,00
Desconto livrança	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Leasing	5.956,62	5.956,62	0,00	207,47	195,29	0,00	0,00	0,00	0,00
Mercado de valores mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participantes de capital:									
Empresa-Mãe – suprimen- tos e outros mútuos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros participantes – suprimentos e outros mútuos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dos quais:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empresas participantes									
Subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros financiadores FRSS	420.000,00	160.000,00	260.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.861.745,65	963.543,06	898.202,59	48.528,96	40.863,41	0,00	0,00	0,00	0,00

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos. Esses encargos referem-se a juros relacionados com as contas correntes, com os empréstimos de médio e longo prazo e com o leasing.

Banco Montepio

O empréstimo concedido pelo Montepio em 2012, no valor de 60.000,00 € (sessenta mil euros) é reembolsado em 84 prestações mensais, constantes e sucessivas, compostas por capital e juros. A 1ª prestação começou em julho de 2016. O referido empréstimo será liquidado num prazo inferior a 5 anos. No exercício de 2020, a Instituição aderiu às moratórias de capital e juros neste empréstimo.

Em outubro de 2020, o Banco Montepio aprovou um financiamento “Desconto de Livrança” no valor de 50.000,00 € (cinquenta mil euros), para apoio à tesouraria. Este

financiamento foi liquidado após contratualização de novo financiamento para médio e longo prazo.

Em dezembro de 2020, a Instituição contratualizou um financiamento, com o Banco Montepio, ao abrigo da Linha de Crédito “Linha de Apoio ao Setor Social COVID-19” no valor de 300.000,00 € (trezentos mil euros). Este contrato tem a duração de seis anos e destina-se, exclusivamente, para financiamento de necessidades de tesouraria. Para além disso, apresenta as seguintes condições:

- taxa indexada à EURIBOR a seis meses, acrescida de um spread de 1,5%;
- carência de capital durante 17 meses;
- amortização do capital em 54 prestações mensais, acrescida dos respetivos juros.

Banco Santander (Banco Popular Portugal)

Em Julho de 2017 foi celebrado um contrato de mútuo com o Banco Popular Portugal, atualmente Banco Santander, no valor de 1.000.000,00 € (um milhão de euros), destinado à realização de investimento de reabilitação de edifícios, pátios, remodelação de casas de banho e áreas de acesso, remodelação do bar do cinema e colocação de elevadores e de estruturas aptas para os mesmos. Este empréstimo é libertado em função de documentos que atestem a abertura de concurso público, adjudicação de empreitada, autos de medição e apresentação de faturas definitivas. Concedido pelo prazo de 240 meses, com vencimento em 17/07/2037, sendo os primeiros 24 meses de utilização, durante o qual só se vencerão juros. Deve salientar-se que, apesar do montante global referido ascender a 1.000.000,00 euros, o efectivamente utilizado é de, apenas 336.864,84 euros, não se prevendo qualquer aumento de valor.

28.
A
feje
R

Em março de 2020, para o empréstimo referido no parágrafo anterior, foram aprovadas as moratórias para juros e amortizações. Para a conta corrente existente no Santander também foram aprovadas as moratórias para juros.

Novo Banco

Em outubro de 2020, o CCNSPS renegociou as contas correntes com o Novo Banco transformando as duas contas correntes existentes numa nova conta corrente com condições mais favoráveis.

Fundo de Reestruturação do Setor Solidário

No início de 2015 foi celebrado um Acordo de Apoio Financeiro, no valor de 500.000 euros, entre o Centro de Caridade N^a S^a do Perpétuo Socorro e o Fundo de Reestruturação do Setor Solidário.

Ao abrigo da Portaria nº 160/2020 de 26 de junho, este Acordo foi reprogramado e aprovado em setembro de 2020. O montante em dívida será reembolsado em prestações trimestrais até dezembro de 2023.

11. RÉDITOS

Para o período em referência foram reconhecidos os seguintes Réditos:

	2020			2019	
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período
Venda de bens	0,00	0%	0%	0,00	0%
Prestação de serviços	694.264,58	100%	88%	790.497,05	100%
Juros	0,00	0%	0%	0,00	0%
Royalties	0,00	0%	0%	0,00	0%
Dividendos	0,00	0%	0%	0,00	0%
Totais	694.264,58			790.497,05	

A rubrica Prestações de Serviços está associada à atividade principal da Instituição, isto é, a faturação do Ensino, do Centro de Dia e do Centro de Medicina e Saúde.

12. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

A 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de
"Subsídios do Governo" e *"Apoios do Governo"*:

2020	Subsídios do Estado e outros entes públicos		Subsídios de outras entidades	
	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período
Subsídios relacionados com ativos/ao investimento	43.727,48	695,41	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis:	43.727,48	695,41	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	34.770,19	695,41	0,00	0,00
Equipamento básico	8.957,29	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis:	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios relacionados com rendimentos/à exploração	1.122.908,51	1.122.908,51	0,00	0,00
Instituto Segurança Social, I.P.	309.244,49	309.244,49	0,00	0,00
Inst. Gestão Financeira S.S. (POCH)	674.407,11	674.407,11	0,00	0,00
Direção-Geral da Administração Escolar	38.995,70	38.995,70	0,00	0,00
Câmara Municipal do Porto	855,00	855,00	0,00	0,00
Junta de Freguesia do Bonfim	12.575,00	12.575,00	0,00	0,00
IEFP	61.631,21	61.631,21	0,00	0,00
Fundação "la Caixa"	25.200,00	25.200,00	0,00	0,00
Doações e Heranças	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor dos reembolsos no período respeitantes a:	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios relacionados com ativos/ao investimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios relacionados com rendimentos/à exploração	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.166.635,99	1.123.603,92	0,00	0,00

14. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os órgãos diretivos da Entidade não auferiram qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2020 foi de 53.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Gastos com o pessoal	2020	2019
Remunerações dos órgãos sociais	0,00	0,00
Remunerações do pessoal	913.281,03	937.842,81
Retroativos	2.229,31	5.587,84
Indemnizações	15.241,38	52.305,37
Encargos sobre remunerações	206.383,89	216.208,68
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	14.702,45	13.749,86
Gastos de ação social	16.873,28	8.136,15
Outros gastos com pessoal	35.224,24	20.659,51
Total	1.203.935,58	1.254.490,22
Nº de Colaboradores em 31 de Dezembro	53	50

No exercício de 2020, estão registadas duas indemnizações, por cessação de contrato de trabalho, no valor de 15.241,38€.

2019	Subsídios do Estado e outros entes públicos		Subsídios de outras entidades	
	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período
Subsídios relacionados com ativos/ao investimento	43.727,48	695,41	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis:	43.727,48	695,41	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	34.770,19	695,41	0,00	0,00
Equipamento básico	8.957,29	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis:	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios relacionados com rendimentos/à exploração	1.066.589,12	1.066.589,12	0,00	0,00
Instituto Segurança Social, I.P.	236.336,70	236.336,70	0,00	0,00
Inst. Gestão Financeira S.S. (POCH)	728.576,97	728.576,97	0,00	0,00
Direção-Geral da Administração Escolar	40.786,58	40.786,58	0,00	0,00
IEFP	25.888,87	25.888,87	0,00	0,00
Doações e Heranças	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00
Valor dos reembolsos no período respeitantes a:	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios relacionados com ativos/ao investimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios relacionados com rendimentos/à exploração	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.110.316,60	1.067.284,53	0,00	0,00

13. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

No exercício de 2020 não há imposto a pagar.

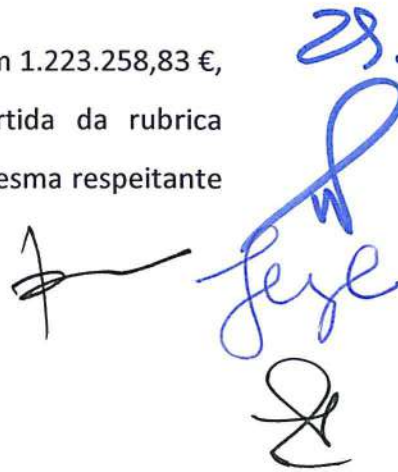
15. REVALORIZAÇÃO DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

A Instituição, no presente exercício, registou uma avaliação dos terrenos e edifícios com base nos valores de mercado por avaliação realizada por um avaliador profissional qualificado, tendo obtido uma revalorização por decréscimo no montante de 1.223.258,83 €.

	Valores anteriores líquidos		Revalorização		Justo Valor	
	Terrenos	Edifícios e outras construções	Terrenos	Edifícios e outras construções	Terrenos	Edifícios e outras construções
Ativos Fixos Tangíveis	1.956.445,50	6.204.813,33	-134.445,50	-1.088.813,33	1.822.000,00	5.116.000,00
Art. Matricial 11908 (Inquilinos)	78.171,43	275.163,44	-29.596,43	-129.438,44	48.575,00	145.725,00
Art. Matricial 11501 (Garagem)	60.905,96	214.388,98	-41.330,96	-161.941,68	19.575,00	52.447,30
Art. Matricial 11907	145.221,16	385.939,76	-80.396,16	-212.254,14	64.825,00	173.685,62
Art. Matricial 11501	619.935,80	1.512.246,59	61.739,20	532.778,41	681.675,00	2.045.025,00
Art. Matricial 11502	403.315,27	1.120.119,42	89.409,73	200.038,67	492.725,00	1.320.158,09
Art. Matricial 11503	575.105,30	1.619.496,52	-158.630,30	-503.510,83	416.475,00	1.115.985,69
Art. Matricial 11504	73.790,58	232.210,12	24.359,42	30.763,18	98.150,00	262.973,30
Obras diversas (comuns aos edifícios)	0,00	845.248,50	0,00	-845.248,50	0,00	0,00

A quantia escriturada das rubricas terrenos e edifícios foi diminuída em 1.223.258,83 €, como resultado da revalorização por decréscimo, por contrapartida da rubrica Excedentes de Revalorização, dado o saldo de crédito existente na mesma respeitante a esse ativo.

28.

**16. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS**

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários facturados pelo Revisor Oficial de Contas, nos anos 2020 e 2019, foram de 3.690,00€ /ano (IVA incluído).

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

14.1. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2020 e 2019, apresentava os seguintes saldos:

	2020	2019
Fundadores/beneficiários/patrocionadores/doadores/associados/membros	11.722,08	10.448,35

14.2. Créditos a receber

Para os períodos de 2020 e 2019 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

	2020	2019
Utentes c/c	5.067,38	12.638,67
Utentes Cobrança Duvidosa	18.580,91	11.947,60
Perdas por Imparidades Acumuladas	18.580,91	11.947,60
TOTAL	5.067,38	12.638,67

	2020	2019
Imparidade de dívidas - Perdas	-6.735,26	-3.338,35
Imparidade de dívidas – Reversões	101,95	79,25
TOTAL	-6.633,31	-3.259,10

Foram criadas imparidades para dívida de dois ex-alunos do Jardim de Infância, cinco do Ensino Básico e oito utentes do Centro de Dia, no valor total de 6.735,26 €.

14.3. Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a seguinte decomposição:

	2020	2019
Devedores por acréscimos de rendimentos	19.601,98	12.313,84
IEFP	46.983,08	37.608,41
POCH	595.723,18	738.050,71
Outros devedores	6.989,73	2.683,59
TOTAL	669.297,92	790.656,55

Relativamente ao POCH estão por receber as quantias abaixo indicadas de acordo com os seguintes projetos:

Projetos POCH	VALOR
Projeto POCH-01-5571-FSE-001584 (2017-2020)	-5.575,73
Projeto POCH-04-5267-FSE-000241 (2019-2020)	12.429,00
Projeto POCH-01-5571-FSE-002120 (2018-2020)	11.110,24
Projeto POCH-01-5571-FSE-003058 (2020-2021)	572.183,94
TOTAL	590.147,45

28
ferv
A

14.4. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

	2020	2019
Gastos a reconhecer	9.983,73	10.142,57
Seguros a liquidar	6.786,46	5.235,72
Outras despesas c/ custo diferido	3.197,27	4.906,85
Rendimentos a reconhecer	515.535,44	781.765,27
IGFSS, IP	7.598,24	0,00
Ações de Formação – POCH	466.888,71	733.020,50
IEFP	36.634,64	40.888,18
Rendas	0,00	1.219,96
Mensalidades antecipadas	4.413,85	6.636,63

Na rubrica rendimentos a reconhecer estão incluídos os subsídios a reconhecer do Ensino Profissional, relativos aos projetos do POCH para o período 2020-2021 (**Projeto POCH-01-5571-FSE-003058**) e para o período 2019-2020 (**Projeto POCH-04-5267-FSE-000241**).

Nesta rubrica, estão também incluídos os subsídios do IEPF relativos a Estágios Profissionais e Contratos de Inserção.

14.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2020 e 2019, encontrava-se com os seguintes saldos:

	2020	2019
Caixa	2.048,20	608,90
Depósitos Bancários – ordem	614.324,92	238.563,21
Depósitos Bancários – prazo	0,00	0,00
TOTAL	616 373,12	239 172,11

14.6. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

	Saldo inicial	Débito	Crédito	Saldo final
Fundos Patrimoniais	305.999,87	0,00	0,00	305.999,87
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas legais	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	-444.540,69	859.037,78	183.165,75	-1.120.412,72
Excedentes de revalorização	6.600.479,94	1.223.258,83	633.277,43	6.010.498,54
Outras variações nos fundos patrimoniais	112.774,46	695,41	0,00	112.079,05
Subsídios	27.120,85	695,41	0,00	26.425,44
Doações	85.653,61	0,00	0,00	85.653,61
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00

O valor mencionado nos resultados transitados, refere-se à aplicação do resultado líquido de 2019 (7.885,15 €), à transferência de saldos existentes em Ativos Fixos Tangíveis em Curso relativos a projetos não concretizados (50.449,75 €) e à anulação dos excedentes de revalorização (633.277,43 €).

O valor mencionado na rubrica "outras variações nos fundos patrimoniais" refere-se ao valor transferido de subsídios ao investimento para a rubrica "outros rendimentos".

14.7. Provisões

A rubrica "Provisões" a 31 de dezembro de 2020 e 2019 apresentava o seguinte saldo:

	2020	2019
Provisões (Processos judiciais em curso)	58.482,05	58.482,05

Relativamente ao processo nº 470/14.OTVPRT, Porto, foi constituída em 2015 uma provisão de 50% do valor solicitado ao Centro de Caridade. Em 2019 foi criado um reforço de 20.785,84€ tendo em conta o aumento do valor solicitado à Instituição, no decorrer deste processo.

14.8. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

	2020	2019
Fornecedores c/c	80.033,62	95.755,93

14.9. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Estado e outros Ente Públicos	2020	2019
Ativo	0,00	0,00
Iva - reembolsos pedidos	0,00	0,00
Passivo	38.388,31	38.611,67
Imposto sobre o Rendimento	0,00	0,00
Retenção de Impostos sobre Rendimentos	11.231,64	11.928,03
IVA	4.137,71	1.293,03
Segurança Social	15.603,07	17.925,60
Outras Tributações	7.415,89	7.465,01

14.10. Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

	2020	2019
Pessoal	54,54	1.367,31
Fornecedores de investimento	52.892,49	40.501,64
Credores por acréscimos de gastos	197.187,80	189.617,03
Outros credores	41.307,95	41.747,32
TOTAL	291.442,78	273.233,30

A rubrica “credores por acréscimos de gastos” incluiu o montante de 131.247,14€ de remunerações a liquidar em 2021 (Férias e subsídio de férias), o montante de 18.931,18€ referente a estimativa de juros a liquidar motivados pelas moratórias, sendo o restante relativos a outros acréscimos de gastos.

Na rubrica “Outros credores” estão incluídos os montantes das indemnizações a pagar em prestações mensais relativas a funcionárias que cessaram o contrato de trabalho em 2019 e 2020.

14.11. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foi a seguinte:

	2020	2019
Fornecimentos e Serviços externos	328.316,56	397.803,22
Subcontratação	80.341,88	65.030,99
Serviços especializados	121.981,45	153.263,33
- Trabalhos especializados	26.204,07	28.437,63
- Publicidade	6.673,44	3.011,87
- Vigilância e Segurança	7.920,90	23.530,50
- Honorários	68.014,81	82.997,37
- Comissões	0,00	0,00
- Conservação e reparação	13.163,23	15.162,39
- Serviços Bancários	5,00	5,49
- Outros	0,00	118,08
Materiais	14.157,32	13.255,28
Energia e fluidos	36.903,23	46.477,31
- Eletricidade	24.515,75	31.921,80
- Combustíveis	6.364,79	8.483,23
- Água	6.022,69	6.072,28
Deslocações e estadas	6.381,54	13.688,04
Serviços Diversos	68.551,14	106.088,27
- Rendas e alugueres	1.767,30	1.690,27
- Comunicações	3.946,49	4.843,82
- Seguros	10.668,21	13.272,29
- Royalties	0,00	0,00
- Contencioso e notariado	0,00	0,00
- Representação	0,00	663,05
- Limpeza e Higiene	9.056,96	11.093,22
- Outros Serviços	43.112,18	74.525,62
Encargos de saúde com utentes	956,40	876,43
Atividades extracurriculares/pedagógicas	12.407,78	35.456,92
Cobrança e angariação de Benfeitores	27.811,43	37.759,95
Outros	1.936,57	432,32

21.

feg

A

14.12. Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

		2020	2019
Rendimentos suplementares	Serviços sociais	0,00	0,00
	Aluguer de equipamento	0,00	0,00
	Estudos, projetos e assistência tecnológica	0,00	0,00
	Royalties	0,00	0,00
	Desempenho de cargos sociais noutras empresas	0,00	0,00
	Outros rendimentos suplementares	18.493,98	20.504,52
	Totais	18.493,98	20.504,52
Ganhos em inventários	Sinistros	0,00	0,00
	Sobras	0,00	0,00
	Outros ganhos	0,00	0,00
	Totais	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	Alienações	0,00	0,00
	Sinistros	0,00	2.926,46
	Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	12.585,00	14.425,00
	Outros rendimentos e ganhos	342,71	413,66
	Totais	12.927,71	17.765,12
Outros rendimentos e ganhos	Correções relativas a períodos anteriores:	5.620,82	48.173,82
	<i>Instituto Segurança Social, I.P.</i>	1.051,38	2.106,71
	<i>POCH</i>	4.335,68	43.654,96
	<i>Benfeitores</i>	53,00	0,00
	<i>IEFP</i>	0,00	2.412,00
	<i>Outras</i>	180,76	0,15
	Imputação de subsídios para investimentos	695,41	695,41
	Restituição de impostos	9.098,88	10.669,10
	Excesso da estimativa para impostos	5.988,72	0,00
	Donativos	167.152,04	201.585,38
	Outros rendimentos	0,39	161,40
	Totais	188.556,26	261.285,11
Totais		219.977,95	299.554,75

O valor mencionado na rubrica de Rendimentos Suplementares refere-se essencialmente à receita do aluguer de salas de formação e da locação da garagem. O valor referente a Rendimentos e Ganhos em Investimentos Não Financeiros refere-se a rendas de inquilinos de um dos edifícios da Instituição.

No exercício de 2020, devido à crise pandémica, verificou-se uma redução considerável nos donativos.

25
fev
2021

14.13. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

		2020	2019
Impostos	Impostos diretos	0,00	0,00
	Impostos indiretos	0,20	38,20
	Taxas	1.065,73	1.328,96
	Totais	1.065,93	1.367,16
Dívidas incobráveis	Dívidas incobráveis	40,00	222,50
	Totais	40,00	222,50
Perdas em inventários	Sinistros	0,00	0,00
	Quebras	0,00	0,00
	Outras perdas	0,00	0,00
	Totais	0,00	0,00
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	Alienações	0,00	0,00
	Sinistros	0,00	0,00
	Abates	0,00	0,00
	Gastos em propriedades	0,00	0,00
	Outros gastos e perdas	0,00	202,56
	Totais	0,00	202,56
Outros gastos e perdas	Correções relativas a períodos anteriores	8.370,33	2.146,23
	Donativos	70,00	0,00
	Quotizações	1.224,50	1.202,50
	Insuficiência da estimativa para impostos	0,00	0,00
	Perdas em instrumentos financeiros	0,00	0,00
	Contribuições Seg. Social – Trab. Independentes	0,00	2.202,20
	Outros não especificados	2,99	0,00
	Totais	9.667,82	5.550,93
Custos com Apoios Financeiros	Subsídios, Donativos, Bolsa Estudo	140.661,70	174.147,20
	Totais	140.661,70	174.147,20
Totais		151.435,45	181.490,35

A diminuição dos custos com Apoios Financeiros (bolsas pagas aos alunos do Ensino Profissional) justifica-se com a diminuição dos custos com o transporte dos alunos derivado ao encerramento dos estabelecimentos de Ensino (COVID-19).

14.14. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

	2020	2019
Juros e gastos similares suportados	48.528,96	51.021,38
Juros suportados	40.863,41	45.700,56
Outros gastos	7.665,55	5.320,82
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00
Juros Obtidos	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-48.533,96	-51.021,38

14.15. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

A instituição no atual estado de emergência avançou mais uma vez com o ensino à distância em todas as valências do Ensino, apostando nas diversas tecnologias e retomou o apoio domiciliário aos utentes do Centro de Dia. Também a instituição aderiu ao Lay-off para alguns funcionários, nomeadamente os auxiliares de educação, no período em que os estabelecimentos de ensino se encontravam encerrados.

15. OPERAÇÕES DE CONTINUIDADE

O resultado líquido do exercício de 2020 foi positivo em 250.044,66 euros, assim como o de 2019 em 7.855,15 euros.

16. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pela Direção em 16 de março de 2020.

O Contabilista Certificado

215452119
Nélio Antunes
79355

A Direção

[Handwritten signatures]
Mário Almeida Veloso

06 Notas Finais

O ano de 2020 evidencia, neste relatório, uma trajetória de recuperação, sem precedentes, face aos anos anteriores, sobretudo em relação aos anos que antecederam 2019, facto que é tanto mais relevante quanto se tratou de um período de pandemia com consequências vastas e profundas na vida social e económica.

Tal situação só foi possível graças à concretização de um ambicioso plano de reajustamento de custos, de maximização de receitas e ao esforço de todos aqueles que, à instituição e aos seus utentes, todos os dias dão o seu melhor.

O Perpétuo Socorro encontra-se num processo de transformação transversal. Transformação de modelo de organização e gestão, transformação de objetivos por valências, transformação de posicionamento e de cultura institucionais.

O CCNSPS procura concretizar um processo vital, um processo de refundação.

A cidade e a região do Porto precisam de uma instituição cada vez mais ativa e empenhada na promoção da dignidade pessoa humana, entendida na sua integralidade e na solidariedade social, na dinamização da cultura e das artes, na promoção de uma educação qualificada e orientada para a excelência.

O Perpétuo Socorro tem em tais desígnios a sua razão existencial. A cidade e a região carecem que a concretize. É este o seu dever irrenunciável.

21.
fey
+
A

07 Certificação Legal das Contas

28.
fev
[assinatura]
[assinatura]

Oscar Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrição n.º 110
Pessoa Coletiva n.º 502 992 379

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Centro de Caridade Nª Senhora do Perpétuo Socorro** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31/12/2020 (que evidencia um total de **8.403.837** euros e um total de fundos patrimoniais de **5.558.209** euros, incluindo um resultado líquido de **250.045** euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de direção pelas demonstrações financeiras

O órgão de direção é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de direção nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não


28.
n
for
R

detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de direção de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de direção, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorrecções materiais.

Porto, 16 de Março de 2021

Óscar Quinta, Canedo da Mota e Pires Fernandes, SROC
representada por



José Carlos Canedo Gonçalves da Mota (Insc. n.º 767)

28.
D
Jorge
[Signature]

08 Parecer do Conselho Fiscal

Zs.
S
Seje
+
Z

**PERPÉTUO
SOCORRO****CENTRO DE CARIDADE N.ª S.ª DO PERPÉTUO SOCORRO**

Instituição Particular de Solidariedade Social NIPC: PT 500 868 549

Membro Honorário da Ordem de Benemerência

Rua de Costa Cabral, 120 4200-208 Porto

Telefones: 225 095 043 • Telex.: 967 601 875

Web: www.perpetuo-socorro.pt E-mail: ccnsps@perpetuo-socorro.pt

Parecer do Conselho Fiscal

Aos vinte e seis dias do mês de Março de 2021, reuniu nas suas instalações, o Conselho Fiscal do Centro de Caridade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro para apreciar e dar parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas do Perpétuo Socorro, relativas ao exercício de 2020.

O Conselho Fiscal analisou os referidos documentos, nomeadamente o Balanço em 31/12/2020, as Demonstrações de Resultados por Natureza e Funções e a Demonstração dos Fluxos de Caixa e respetivos Anexos, bem como a Certificação Legal de Contas emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – Óscar Quinta, Canedo da Mota e Pires Fernandes, que procedeu ao acompanhamento do exercício.

As contas apresentadas evidenciam um resultado líquido do exercício positivo de 250.044,66€ euros, o que representa uma consolidação do processo de recuperação da Instituição, facto que se regista com especial agrado.

O Conselho Fiscal recomenda que este esforço de reestruturação e recuperação possa ser consolidado no ano de 2021, de modo a que o Perpétuo Socorro possa alcançar a estabilidade financeira necessária à plena adopção dos desafios que o Plano de Actividades e Orçamento para 2021 preconizam.

Face ao exposto anteriormente e tendo em conta os aspetos acima referidos, o Conselho Fiscal deliberou emitir Parecer favorável ao Relatório de Gestão e Contas do Centro de Caridade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, relativos ao ano de 2020.

Porto, 26 de Março de 2021

O Conselho Fiscal:

Presidente: _____

Vogal: _____

Vogal: _____



**PERPÉTUO
SOCORRO**

CENTRO DE CARIDADE N.ª S.ª DO PERPÉTUO SOCORRO

Instituição Particular de Solidariedade Social NIPC: PT 500 868 549

Membro Honorário da Ordem de Benemerência

Rua de Costa Cabral, 120 4200-208 Porto

Telefones: 225 095 043 • Telem. 967 601 875

Web: www.perpetuo-socorro.pt E-mail: ccnsp@perpetuo-socorro.pt

Folha 23

Ata nº 102

Aos vinte e seis dias de março de dois mil e vinte e um, reuniu, pela nove horas e trinta minutos, na sede do Centro de Caridade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, o Conselho Fiscal desta composta por Hécio Vicente Testa, Joana Mendes Nogueira e José Miguel Pereira Gomes.

A reunião teve como finalidade, de acordo com a lei e os estatutos, analisar e dar parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas, relativos ao exercício do ano de dois mil e vinte.

O Conselho Fiscal analisou o referido Relatório de Gestão e Contas de 2020, o Balanço, a Demonstração de Resultados por Naturezas e Funções, bem como a Demonstração de Fluxos de Caixa, respetivos anexos e o parecer do Revisor Oficial de Contas e a Certificação Legal das Contas.

O Conselho Fiscal deliberou emitir parecer favorável ao Relatório de Gestão e Contas e a todos os documentos referidos e relativos ao ano em análise, de acordo com o que consta em anexo.

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada, da qual se elaborou a presente ata, que vai ser assinada pelos membros do Conselho Fiscal.

Presidente: _____

Vogal: _____

Vogal: _____

[Handwritten signatures in blue ink: Hécio Vicente Testa, Joana Mendes Nogueira, and José Miguel Pereira Gomes]

09 Decisão da Direção

28.
fese
+
R

CENTRO DE CARIDADE NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO
Rua de Costa Cabral, nº 120
4200 208 Porto C.A.E.: NIPC: 500868549

Folha 25

ACTA Nº 13

Aos dezasseis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, reuniu a direcção do Centro de Caridade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, com a seguinte ordem de Trabalhos:

Ponto Único: Análise e votação do Relatório de Gestão e Contas de 2020.

No Ponto Dois da Ordem de Trabalhos, foi apresentado, pelo Director Executivo, o Relatório de Gestão e Contas, em anexo à presente acta, relativo ao ano de dois mil e vinte, o qual havia merecido o parecer do Revisor Oficial de Contas e do Conselho Fiscal. O Director Executivo apresentou os aspectos mais relevantes do documento, que demonstra um percurso positivo da instituição. Os resultados operacionais do ano em causa foram os melhores dos últimos anos, sobretudo pelo contexto pandémico que foi vivido, e ascenderam a duzentos e cinquenta mil euros. A direcção manifestou, globalmente, a satisfação pelo percurso de recuperação que o documento coloca em evidência. O documento foi aprovado por unanimidade dos seus cinco membros da direcção.

Nada mais havendo a tratar, foi elaborada a presente ata, que vai ser assinada por todos.

Presidente:




Vice-Presidente:



Vogal:



Vogal:



Vogal:



